

O Cesto de Ngungunhane no Museu Nacional de Etnologia

João Sarmento

Docente no Departamento de Geografia, Universidade do Minho
Investigador no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
j.sarmento@geografia.uminho.pt

Este texto resulta de uma aula que teve como foco de debate a ideia de museu colonial e o processo de descolonização dos museus. Na primeira parte, e como ponto de partida, discutiu-se a ideia de coleção e as relações entre coleção, poder, conhecimento, e ética, no contexto dos museus europeus e da cultura material (ver Dudley, 2012; Pearce, 1992). Coleccionar e ter ou fazer uma coleção significa ter posse e poder; ter posse sobre algo que pode ter pertencido a alguém ou que se enquadrava no território ou espaço de alguma comunidade; em certa medida, pode significar ter poder sobre essa comunidade. Enquadrou-se no tempo e no espaço a vontade e o poder de coleccionar, com a criação de gabinetes e museus de história natural, que de espaços de curiosidades e deleite no século XVII e XIX, se transformaram em espaços de estudo, espaços ordenados, classificados e sistematizados em coleções. Em vários contextos imperiais, o acumular das remessas que foram sendo requeridas pelo governo às colónias, foram alimentando as coleções dos museus (ver Penny, 2002), e diversas instituições estiveram implicadas na “circulação e acumulação de objectos, ideias e saberes que remetiam para uma visão sobre o império” (Carvalho, 2015, p. 189). Para além desta discussão, tomamos alguns minutos para refletir sobre a forma como ainda hoje encontramos arranjos urbanísticos, monumentos, estátuas e marcas diversas que celebram e memorializam acontecimentos e que glorificam personalidades, que nos remetem para um passado imperial. Prosseguimos então para um debate panorâmico sobre os museus nacionais em Portugal, tocando em temas/objetos/narrativas que neles encontramos, nunca perdendo de vista a história colonial do país. Do conjunto de museus nacionais, detivemo-nos em particular no processo e significado do surgimento do Museu Nacional da Resistência, a ser localizado na fortaleza de Peniche, lugar que esteve durante alguns anos sob escrutínio, por causa de uma possível transformação em hotel de luxo.

Na segunda parte da aula fizemos uma aproximação ao projeto de investigação “Memórias, culturas e identidades: o passado e o presente das relações interculturais em Moçambique e Portugal”, um projeto que se propõe reinterpretar identidades coloniais e pós-coloniais de Portugal e Moçambique, através das representações e narrativas presentes nas coleções dos museus nacionais de etnologia de ambos os países. É sobre esta segunda parte que este texto versa, mais concretamente sobre uma análise à exposição permanente do Museu Nacional de Etnologia em Portugal.

O Museu Nacional de Etnologia, inicialmente designado Museu de Etnologia do Ultramar, teve a sua génese num equilíbrio frágil entre três tendências ou cursos. A primeira, que, tal como o nome inicial do museu sugeria, era a de ser um museu que retrataria os povos e costumes existentes no império português. Esta era a tendência apoiada pelo governo, através das suas políticas ultramarinas e pela Junta de Investigação Científica que tutelava o museu. A génese do Museu Nacional de Etnologia está fortemente vinculada à cultura Makonde de Moçambique, e aos objetos recolhidos durante a Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português (1957-1961), criada pela Junta de Investigações do Ultramar, em 1956, liderada por Jorge Dias, tendo como assistentes, Viegas Guerreiro e Margot Schmidt Dias. A segunda tendência era a de ser um museu que incluiria objetos e narrativas do mundo rural português da metrópole, que preservaria a cultura de um povo em forte transformação. Uma terceira tendência ou curso, era a de um museu com uma dimensão universalista, incluindo espaços, culturas e povos que extravasassem o império português da altura, incluindo não só o Brasil, país lusófono, mas lugares como povos andinos, ou do sudoeste asiático.

Apesar da importância de Moçambique na génese do Museu Nacional de Etnologia, num total de cerca de 40 000 objetos que constituem o seu espólio, apenas cerca de 3% destes são de Moçambique¹. No contexto da sala de aula, partiu-se de uma interrogação simples, procurando perceber o que o museu nos diz sobre Moçambique na exposição permanente *O Museu, muitas coisas*. Esta exposição, patente ao público desde 31 de janeiro de 2013, estrutura-se em sete núcleos, nenhum deles relacionado com Moçambique (três sobre cultura portuguesa, dois sobre Angola, um com o Mali, e um último sobre Bali, na Indonésia). Para além destes núcleos, a exposição inclui uma longa vitrine com mais de 30 metros, onde se expõem diversos objetos, vídeos e fotografias, organizados cronologicamente, por forma a destacar momentos da vida do museu e dos seus protagonistas principais. No con-

1. Apesar do catálogo da Direção Geral do Património Cultural constarem apenas 337 de Moçambique, incluindo-se apenas aqueles objetos que dispõem de registo informatizado e fotografia (<http://www.matriznet.dgpc.pt>, consultado em setembro de 2020), o museu tem mais de 1300 objetos deste país (informação fornecida por Ana Botas, 2021).

texto da aula analisámos em detalhe a presença e papel na exposição de cada um dos oito objetos moçambicanos (ver Sarmento & Martins, 2020). São eles uma Faca de Tatuár (planalto makonde, 1958), três amostras de produtos naturais (planalto makonde, 1957-1961), duas esculturas (Quelimane, s/d; “a serena expressividade da mãe Ronga”), um chocalho (planalto makonde, 1958), e um cesto. A relação complexa e nem sempre consensual entre objeto e legenda foi abordada, ainda que brevemente (ver Silva, 2017). É relevante sublinhar que nesta vitrine existe uma moldura digital que aponta para os filmes realizados por Margot Dias em Moçambique.



Figura 1. O cesto feito por Ngungunhane, MNE

Fonte: fotografia do autor, 2019

Neste texto limitamo-nos apenas a uma breve análise da última das peças da exposição referente a Moçambique, em exibição desde 2017. Esta peça é um pequeno cesto² cuja autoria é atribuída a Ngungunhane (Gungunhana na ortografia colonial). Na legenda da peça lê-se isso mesmo. Lê-se também que foi feito por Ngungunhane enquanto esteve no exílio em Portugal, e que foi oferecido pelo próprio ao seu médico, tendo sido posteriormente doado ao museu por um familiar deste, em 2017³. Sabemos ainda, através da legenda, que Ngungunhane foi o “último chefe Nguni a governar no sul de Moçambique até à sua captura por Joaquim Mouzinho de Albu-

2. “Cesto de formato oval, com tampa e fecho, produzido em fibra vegetal com a técnica da espiral cozida.” (<http://www.matriznet.dgpc.pt>, consultado em setembro de 2020), inventariado com o número BM 747. O objeto é de cerca de 1896, e tem dimensões surpreendentemente reduzidas: 5,5cm (alt) x 7,5cm (larg) X 12cm (comp).

3. O Museu Nacional do Teatro tem também no seu espólio um cesto da autoria de Ngungunhane, inventariado com o número MNT 80296. Tem dimensões maiores: 14 cm de altura por 24 cm de largura.

4. Apesar deste silêncio da exposição, o Museu Nacional de Etnologia tem realizado diversas iniciativas descolonizadoras, que estimulam a pluralidade de leituras, algumas das quais relacionadas com o cesto de Ngungunhane ou com esta figura histórica. Destacamos aqui três: em 2017, o cesto fez parte do projeto “Testemunhos da Escravatura. Memória africana” (organizado pelo Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa no âmbito da Capital Ibero-americana da Cultura), em que 200 peças de 42 instituições de Lisboa serviram para refletir sobre as memórias da escravatura; em 2018 e 2019, no âmbito do serviço educacional do museu e do programa “Diálogos para a Diversidade”, realizou-se no museu (no espaço da exposição permanente), e em cinco espetáculos, “Fragmentos do Fim”, teatro cocriado por Klemente Tsamba, Margarida Cardeal e Miguel Abreu (adaptação da peça do moçambicano Klemente Tsamba “No Tempo de Gungunhana”), que discutiu o racismo evocando Ngungunhane, a colonização e a descolonização, a guerra civil moçambicana e diversos quotidianos contemporâneos em Lisboa; em 2018, Ana Botas e Rosário Severo (ambas técnicas do Museu), organizaram, para famílias com crianças em idade pré-escolar, uma atividade intitulada “A Oferenda do Guerreiro”, que levou para fora de portas as histórias do guerreiro africano e do cesto que se pode ver na exposição.

querque em 1895.” Para um objeto que apenas conseguimos ver frontalmente, exibido dentro de uma vitrine, a informação fornecida ao visitante parece ser muito escassa, instalando-se uma sensação de ausência, isto é, de possibilidades de reflexão. Sabemos, no entanto, que o simples objeto nos remete para o exílio do “Leão de Gaza” nos Açores, mas também para as campanhas militares de ocupação de Moçambique dos anos de 1890, na sequência e contexto da partilha de África e da Conferência de Berlim. Se este episódio da captura de Ngungunhane foi chave na inflamação de um imaginário imperial, embelezado pela ideia de pacificação do território do sul de Moçambique, foi também um marco importante na violência colonial, repressão das populações e campanhas de terror. O silêncio da exposição face à violência que se encerra neste pequeno cesto, e que sem dúvida aponta para a despossessão do território africano, não possibilita nenhum espaço de consideração e pensamento⁴. Perante tantas ausências, pode o visitante interpretar o cesto de Ngungunhane como um despojo de guerra, como um símbolo de abnegação de um líder africano que acabou “domesticado” pelo colonizador, entrançando fibras indolentemente no Atlântico Norte, ou como um simples objeto antropológico?

A exposição “O Museu, muitas coisas”, não se vincula com qualquer tipo de representatividade desencadeada pelas coleções do museu. Um visitante não encontra, em relação aos objetos expostos de Moçambique, quaisquer vozes de África, e a parca informação e falta de contexto leva a uma circunscrição à estética dos objetos. Neste sentido, há poucos estímulos para o pensamento crítico e passa a ideia de que os temas abordados são benignos. Benignos sobretudo porque os assuntos, processos e objetos que o museu expõe não são contextualizados no passado e no presente. Ao expor-se um cesto feito por Ngungunhane, supostamente mais devido à autoria do mesmo e menos pelo objeto em si e para o seu valor cultural, está a convocar-se uma pessoa, uma personagem histórica, um período e contexto particular com ramificações profundas para a relação de Portugal e Moçambique. Aliás, a figura de Ngungunhane foi construída como mitológica pelo Estado Novo, tendo a sua captura sido usada na inflamação do patriotismo e glória militar, tendo mesmo, pelos contornos carnavalescos e tétricos da sua passagem por Lisboa em 1896, com cortejo em carruagem aberta pelas ruas da cidade até ao forte de Monsanto, entrado no imaginário popular. Apesar do seu papel enquanto oprimido e opressor, foi mais tarde resgatado como herói no reforço da consciência nacional moçambi-

cana, tendo os seus restos mortais (simbólicos possivelmente), chegado a Moçambique em 1985 (Vilhena, 1996). A simples decisão de expor o cesto feito por Ngungunhane, transporta uma responsabilidade para uma instituição cultural nacional, que não pode deixar de descolonizar do objeto em si, através da colocação e convocação de novos relacionamentos e entendimentos entre os dois países, no passado e no presente.

Este texto é financiado no âmbito da “Knowledge for Development Initiative”, pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (nº 333162622) no contexto do projeto “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?”. Agradeço os comentários de Ana Botas a uma versão inicial deste texto, e a conversa calorosa que tive numa tarde fria de janeiro de 2021, com esta técnica do inventário e coleções do Museu Nacional de Etnologia, e com o seu diretor, Paulo Costa.

Bibliografia

- CARVALHO, A. A. R. (2015). *Diversidade cultural e museus no séc. XXI: o emergir de novos paradigmas*. Tese de Doutoramento em História e Filosofia da Ciência, Especialidade Museologia. Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- DUDLEY, S. H. (Ed.) (2012). *Museum objects: Experiencing the properties of things*. Londres: Routledge.
- PEARCE, S. M. (1992). *Museums, objects, and collections: a cultural study*. Leicester: Leicester University Press.
- PENNY, H. G. (2002). *Objects of culture: ethnology and ethnographic museums in Imperial Germany*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- SARMENTO, J. & MARTINS, M. L. (2020). À procura de Moçambique no Museu Nacional de Etnografia, Portugal. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 7(2), 108-113.
- SILVA, S. (2017). Art and Fetish in the Anthropology Museum. *Material Religion*, 13(1), 77-96. <https://doi.org/10.1080/17432200.2016.1272782>.
- VILHENA, M. C. (1996). *Gungunhana no seu reino*. Lisboa: Edições Colibri.